



Carta da CNBB Regional Oeste 1, Pastoral Carcerária e do Conselho Indigenista Missionário em atenção às condições de encarceramento no Mato Grosso do Sul

A **CNBB Regional Oeste 1**, em conjunto com a **Pastoral Carcerária Estadual do Mato Grosso do Sul** e o **Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - Regional Mato Grosso do Sul e Nacional**, com o amparo de outras instituições e apoiadores/as, vêm por meio desta carta aberta *denunciar e pedir atenção às condições de encarceramento vivenciadas no estado do Mato Grosso do Sul*, especialmente no que se refere às altas taxas de encarceramento de pessoas pertencentes aos povos indígenas, assim como a necessidade de uma atenção específica a determinados grupos em privação de liberdade, principalmente as mulheres, pessoas que se autoidentificam como pertencentes a um povo tradicional, pessoas LGBTQIA+ e pessoas migrantes.

Segundo dados da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN) do estado, cerca de 20.564 pessoas encontravam-se privadas de liberdade no MS até 30 de junho de 2021¹. Quanto ao encarceramento de indígenas, é importante dizer que o estado do Mato Grosso do Sul detém as maiores taxas de aprisionamento em todo Brasil: os dados de junho da AGEPEN apontam para 392 indígenas processados/as e condenados/as em unidades prisionais do estado² - este número fornecido não contabiliza presos/as provisórios/as, o que é forte indicador de alta defasagem na contagem.

Quanto às pessoas migrantes privadas de liberdade são 141 presos/as - o qual também desconsidera os/as presos/as provisórios/as. Já dentre as mulheres presas, são 1.706 no estado do Mato Grosso do Sul e, dentre pessoas LGBTQIA+, são 416, números em consonância com dados fornecidos pela AGEPEN. Tratam-se, portanto, de cerca de 2 mil pessoas também pertencentes à minorias sociais - que, conjuntamente com as pessoas pretas e pobres, são os alvos do seletivo sistema de justiça criminal - privadas de liberdade no estado hoje. O número ainda pode estar em descompasso com a realidade, visto que há o contingente de pessoas que sequer foram condenadas e que não foram contabilizadas pelos dados oficiais.

Durante a pandemia da Covid-19, a situação das pessoas em privação de liberdade piorou. Os problemas estruturais do cárcere - negligência na prestação de assistência material e de saúde, espaços mal ventilados, pouco iluminados, insalubres, superlotados e violências verbais, psíquicas e físicas cotidianas - persistiram, com

¹ Disponível em:

<<https://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/MAPA-UNICO-JUNHO-2021-FECH.30-06-2021.pdf>>

² Disponível em:

<<https://www.agepen.ms.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/IND.-E-JUST.-FED.-JUNHO-2021-FECH-30-06-2021.pdf>>



o agravante do fechamento do cárcere à sociedade civil - que durante boa parte do ano de 2020 foi total. Entidades como a Pastoral Carcerária e o CIMI, bem como familiares de pessoas presas foram impedidas de visitarem seus entes encarcerados - e estes, por sua vez, perderam um canal de denúncias de violações de direitos e de contato com o mundo extramuros.

Os dados acerca do impacto da pandemia, apesar de seguirem a subnotificação característica do sistema prisional, alertam para essa contaminação em massa e descontrolada das pessoas presas. No estado do Mato Grosso do Sul, conforme informa a AGEPEN em seu “Boletim Coronavírus” de 27 de julho de 2021, são 5.306 casos confirmados da Covid-19 no sistema prisional desde o início da pandemia, com 19 óbitos entre servidores e pessoas presas³.

A população indígena, neste sentido, merece destaque. Das pessoas presas que se autoidentificam como pertencentes a um povo tradicional no estado do Mato Grosso do Sul, 88 foram contaminadas pela doença pandêmica, segundo pesquisa realizada pelo Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC) em parceria com CIMI entre novembro de 2020 e janeiro de 2021⁴ - apenas na Penitenciária Estadual de Dourados (PED) foram 85 homens indígenas contaminados com a Covid-19.

Foi nesta unidade que a CNBB Regional Oeste 1, em conjunto com a Pastoral Carcerária do Mato Grosso do Sul e o CIMI, entregou 191 kits de higiene às pessoas indígenas presas - pertencentes a diferentes povos, como Guarani Kaiowá e Terena - que enfrentam um alto nível de vulnerabilidade social. Os kits continham itens básicos de higiene - xampu, sabonete, desodorante, escova de dente, creme dental e barra de sabão - imprescindíveis para a profilaxia quanto à Covid-19, bem como para a dignidade mínima de existência.

Contudo, enquanto a contaminação caminha a passos largos, a imunização completa da população privada de liberdade no estado segue a passos lentos. Segundo o Ofício n. 4759/DGVS/GAB/SES/2021, oriundo da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul e enviado à Pastoral Carcerária Nacional em 20 de julho de 2021, 3.405 pessoas presas haviam recebido a primeira dose da vacina contra a Covid-19, enquanto apenas 313 receberam a segunda dose e 953 a dose única.

A Pastoral, em janeiro de 2021, lançou o Relatório “A Pandemia da Tortura no Cárcere” que reuniu textos acerca das mais diversas populações atingidas pela Covid-19 no sistema prisional brasileiro⁵. Os dados trazidos

³ Disponível em: <<https://www.agepen.ms.gov.br/boletim-coronavirus-27-de-julho-de-2021/>>

⁴ Disponível em: <<https://apublica.org/wp-content/uploads/2021/05/infografico-iisc-final.pdf>>

⁵ Disponível em: <https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Relatorio_2020_web.pdf>



pelo banco de dados da instituição apontaram para o total descaso frente às pessoas presas: no período de março a outubro de 2020, dos 90 casos cadastrados, 53 deles apontavam denúncias de agressões verbais e/ou físicas, 52 de negligência na prestação de assistência material e 67 de assistência à saúde.

Relatos colhidos pela Pastoral ainda apontaram o horror vivenciados pela população em privação de liberdade e suas famílias^{6 7}:

“Soube por um familiar de preso que eles foram confinados numa cela onde tinha pessoas com sintomas de tuberculose e Covid-19. Um deles veio a falecer sem socorro. Caso se confirme a morte, estão todos infectados.”

“A falta de produtos de higiene e uma alimentação precária só piora a saúde deles. Com a imunidade baixa, o local fechado e úmido só aumenta as doenças como pneumonia, tuberculose e outras...nós pedimos socorro”.

“[A comunicação é] horrível, meu marido teve covid, liguei na unidade e não me informaram nada. Ele estava sem receber remédio e alimentação”

Com o contexto da pandemia de Covid-19 e o crescente aumento das taxas encarceradoras no Brasil, a Pastoral e o CIMI entendem como medida de extrema urgência e relevância que as dioceses, pastorais e diferentes instâncias da Igreja Católica estejam alertas a esta situação de tamanha gravidade e que exige ações conjuntas e esforços de todos os lados.

É imprescindível a Igreja Católica do Mato Grosso do Sul estar ciente que pessoas presas no estado hoje vivem confinadas, com pouco contato com seus círculos familiares, proibidas de receberem visitas religiosas e/ou de acordo com seus costumes étnicos, assim como muitas vivem diante de contextos de restrito acesso à alimentação nutritiva, à água e tratamentos básicos de saúde.

Lembrando do que o Papa Francisco outrora nos disse na *Evangelii Gaudium*: “Prefiro uma Igreja acidentada, ferida e enlameada por ter saído pelas estradas, a uma Igreja enferma pelo fechamento e a comodidade de se agarrar às próprias seguranças”. Façamo-nos presente dentre as populações vulnerabilizadas e alvos do sistema penal, não fechando os olhos para as mazelas que assolam o cárcere.

⁶ Disponível em:

<<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/pastoral-carceraria-divulga-relatos-e-denuncias-sobre-o-sistema-carcerario-em-tempos-de-pandemia>>

⁷ Disponível em:

<<https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/questionario-sobre-coronavirus-nas-prisoas-revela-que-situacao-no-carcere-esta-muito-pior-um-ano-apos-o-inicio-da-pandemia>>



É neste cenário que Pastoral e CIMI vêm por meio desta carta denunciar e pedir o apoio da Igreja Católica do Mato Grosso do Sul para prestarmos solidariedade e assistência direta às populações privadas de liberdade no estado, especialmente os grupos indígenas e demais grupos referenciados nesta carta.

“Quanto a nós, não podemos nos calar sobre o que vimos e ouvimos” (At 4, 20).

Brasil, 02 de agosto de 2021.

Dom Henrique Aparecido de Lima CSsR
Bispo Referencial das
Pastorais Sociais do Regional Oeste 1/MS

Irmão Sílvio da Silva
Secretário Executivo da CNBB
do Regional Oeste 1/MS

Matias Benno Rempel
Coordenador do CIMI
do Regional Oeste 1/MS

Irmã Michael Mary Nolan, C.S.C
Assessoria Jur. do CIMI Nacional
e Instituto das Irmãs da Santa Cruz

Rosilda Ribeiro Rodrigues Salomão
Coordenadora da Pastoral Carcerária
do Regional Oeste 1/MS